



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é **Credenciamento para habilitação de instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, legalmente constituídas, com atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, interessadas em prestar serviços de forma complementar ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para atender a demanda gerada para os serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade sob gestão do município de Itajaí/SC, visando o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes de 0 (zero) até 18 (dezoito) anos incompletos, de ambos os sexos, inclusive com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, residentes e domiciliadas no município de Itajaí.**

**Área requisitante da contratação:** Secretaria Municipal de Assistência Social.

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Thiago Roberto Vieira dos Prazeres	Assessor Executivo	2442701	thiago.prazeres@itajai.sc.gov.br

### II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

#### 2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando ser de competência da política de assistência social, frente aos avanços da Política Nacional de Assistência Social como direitos de todas as pessoas que dela necessitam, a fim de universalizar a cobertura e o acesso aos serviços socioassistenciais e como complemento as

vagas de acolhimento institucional já pactuadas através de Termo de parceria vigente, as quais hoje, apontam como insuficientes e com picos sistemáticos de superlotação.

Para a realidade do município de Itajaí, o qual configura-se como cidade de grande porte e com demandas sociais significativas, faz-se necessária a ampliação desta oferta, destaca-se que na última semana do mês de setembro, o município de Itajaí recebeu da Vara da Infância e Juventude, determinação judicial para o acolhimento de 4 crianças, o qual se deram por compra direta em instituições de municípios diversos (Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu).

Estudos de ocupação apontam a necessidade de termos vagas complementares para resguardar os direitos socioassistenciais das crianças e adolescentes; com garantia de respeito, reconhecimento das seguranças de acolhida, possibilidade de fortalecimento do convívio familiar, comunitário e social, e de desenvolvimento de autonomia, individual, familiar e social, afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

**3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

Está previsto no Plano Anual de Contratação o credenciamento em tela.

**4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

O serviço deverá ser prestado em imóvel próprio ou locado pela instituição para esta finalidade, em área residencial e de fácil acesso, com no máximo 120 (cento e vinte) Km de distância da sede da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC, situada na Rua Alberto Werner, 100, Vila Operária, Itajaí, SC, viabilizando o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato com a devida eficácia, que deverá ser comprovado através do alvará de funcionamento.

O local de execução da Instituição deverá possuir alvará sanitário de funcionamento atualizado e expedido pelo órgão sanitário competente. A construção deve ser de alvenaria e oferecer recursos de infraestrutura e instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com mobilidade reduzida, segundo estabelecido na Lei Federal nº 10.098/2000 além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera Federal, Estadual ou Municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas neste regulamento.



A Instituição deve funcionar pelo período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, garantindo o atendimento de qualidade, personalizado e com até quatro usuários (as) por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade, bem como cumprir as demais normas específicas que se referem aos ambientes, suas medidas e formas de divisão e acessibilidade.

Com relação aos materiais, deverá a Instituição possuir materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, telefone, camas, colchões, roupas de cama e banho, utensílios para cozinha, material de limpeza e higiene, vestuário, materiais pedagógicos, culturais e esportivos, entre outros necessários a execução do serviço.

O espaço físico do Serviço de Acolhimento deverá seguir as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, conforme Resolução Conjunta número 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

**5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Atualmente o município possui contrato contemplando 35 vagas, entretanto, as duas instituições parceiras que prestam referido serviço encontram-se em sua capacidade máxima, sendo determinado pelo juízo da vara da infância a transferência imediata de novos acolhidos, o que já gerou ao menos 06 compras diretas.

Tendo em vista que o credenciamento não corresponde diretamente à contratação, está se considerando um aumento de 25 novas vagas, tratando-se o presente de 60 vagas.

**III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**

**6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

a) Execução direta pelo município: inviável, tendo em vista a falta de estrutura física e de servidores.

b) Disponibilização de imóvel próprio e contratação de empresa terceirizada: inviável devido a



ausência de imóvel disponível e vago.

c) Locação de imóvel e contratação de terceirizada: inviável devido ao alto custo, além da fragilidade da prestação contínua do serviço.

d) Execução indireta através de instituições credenciadas: melhor opção, tendo em vista a ausência de estrutura física e de pessoal próprio apto a lidar com referido público.

**7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Tendo em vista que a quantidade de vagas previstas no credenciamento não obrigada necessariamente a contratação, a solicitação de compra no valor de R\$ 4.560.523,20 (quatro milhões quinhentos e sessenta mil quinhentos e vinte e três reais e vinte centavos) corresponde a:

NÚMERO DE VAGAS	VALOR POR VAGA	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
60	R\$ 6.334,06	R\$ 380.043,60	R\$ 4.560.523,20

**IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

**8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Este credenciamento ficará vigente por prazo indeterminado, visando o credenciamento de instituição para prestação do serviço de forma indireta, que terá a vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada no interesse da administração nos termos da Lei nº 14.133/2021, e será precedida de avaliação da execução anuída pelo/a fiscal do contrato

**9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

O presente objeto do credenciamento é incompatível com fracionamento.

**10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Não haverá contratações correlatas.

**11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**



Oferecer acolhimento integral e ininterrupto, bem como: alimentação, vestuário, acolhimento noturno, espaços de referência, higienização, cuidados em saúde incluindo medicamentos, fraldas se necessário, atividades socioeducativas, enquanto perdurar o acolhimento, dispensando o município de fornecer diretamente.

**12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Considerando que as instituições que hoje possuem parceria firmada já estão com a capacidade técnica e operacional instaladas e não conseguem atender de forma totalitária a demanda existente no município, neste sentido, formalizado e finalizado o credenciamento, novas instituições que atendam às exigências deste edital possam participar garantindo assim, a prestação do serviço socioassistencial e proteção social de crianças e adolescentes público deste.

**13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Os interessados deverão prezar por uma gestão adequada de resíduos; uso eficiente de recursos, e a implementação de tecnologias verdes.

**14. Responsáveis pela Elaboração do ETP**

**INTEGRANTE TÉCNICO**



Documento assinado digitalmente

THIAGO ROBERTO VIEIRA DOS PRAZERES

Data: 11/10/2024 17:46:54-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thiago R. V. Dos Prazeres

**Matrícula: 2442701**

Itajaí, 15 de setembro de 2024

**15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às



PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**

disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

***Datado e assinado digitalmente.***

**Itajaí/SC, 15 de setembro de 2024.**



Documento assinado digitalmente

**PEDRO ANTONIO GERALDI**

Data: 14/10/2024 16:40:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

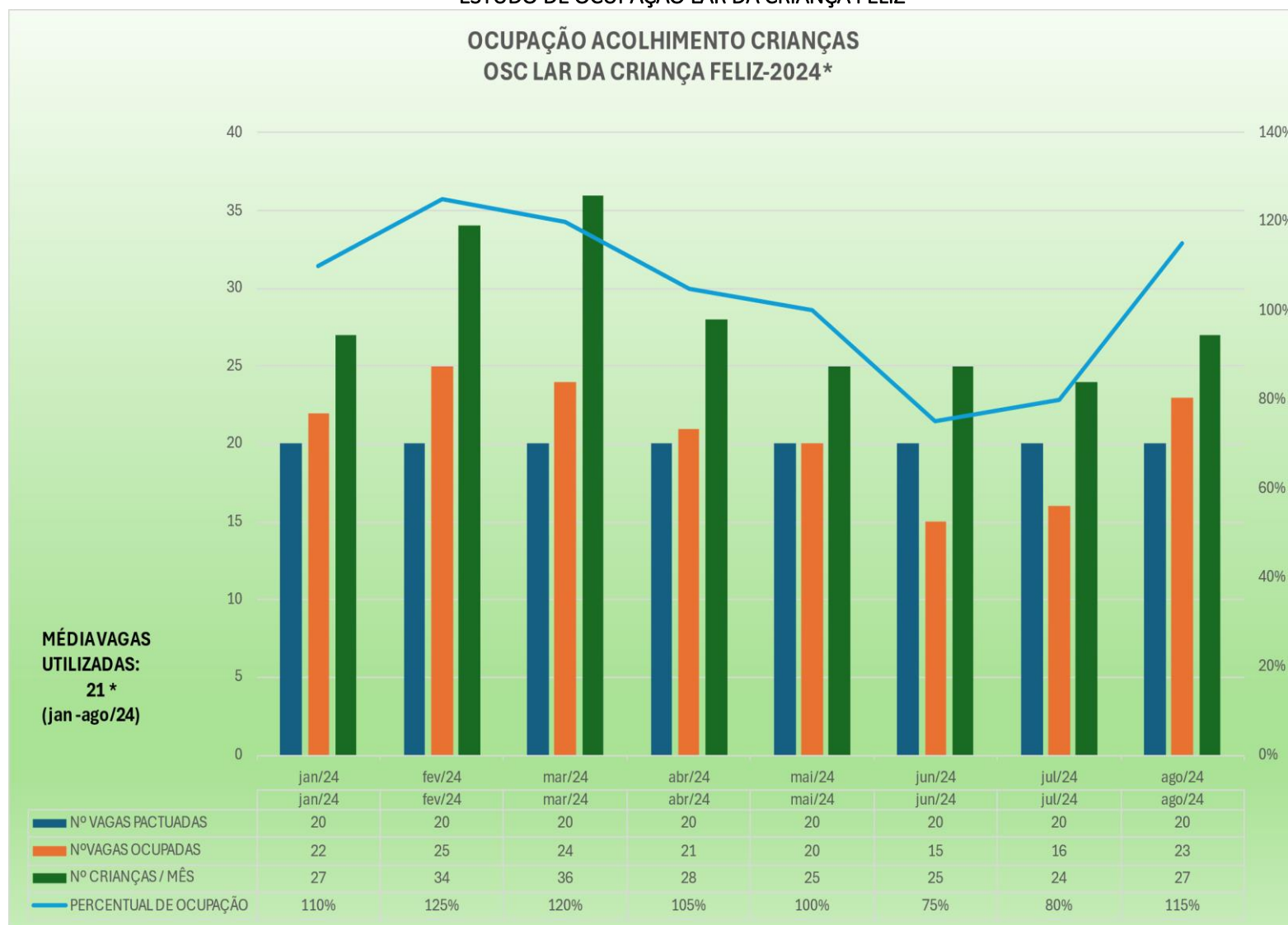
**Pedro Antonio Geraldi**  
Secretário Municipal de Assistência Social

**Secretaria Municipal de Assistência Social**  
Rua Antônio Adão Dias • 700 • Bairro São Judas  
88.303-430 • Itajaí • Santa Catarina  
Fone: 47 3248-0800 • Ramal/Fax: 220  
[www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br) • [executivosas@itajai.sc.gov.br](mailto:executivosas@itajai.sc.gov.br)



ANEXO I

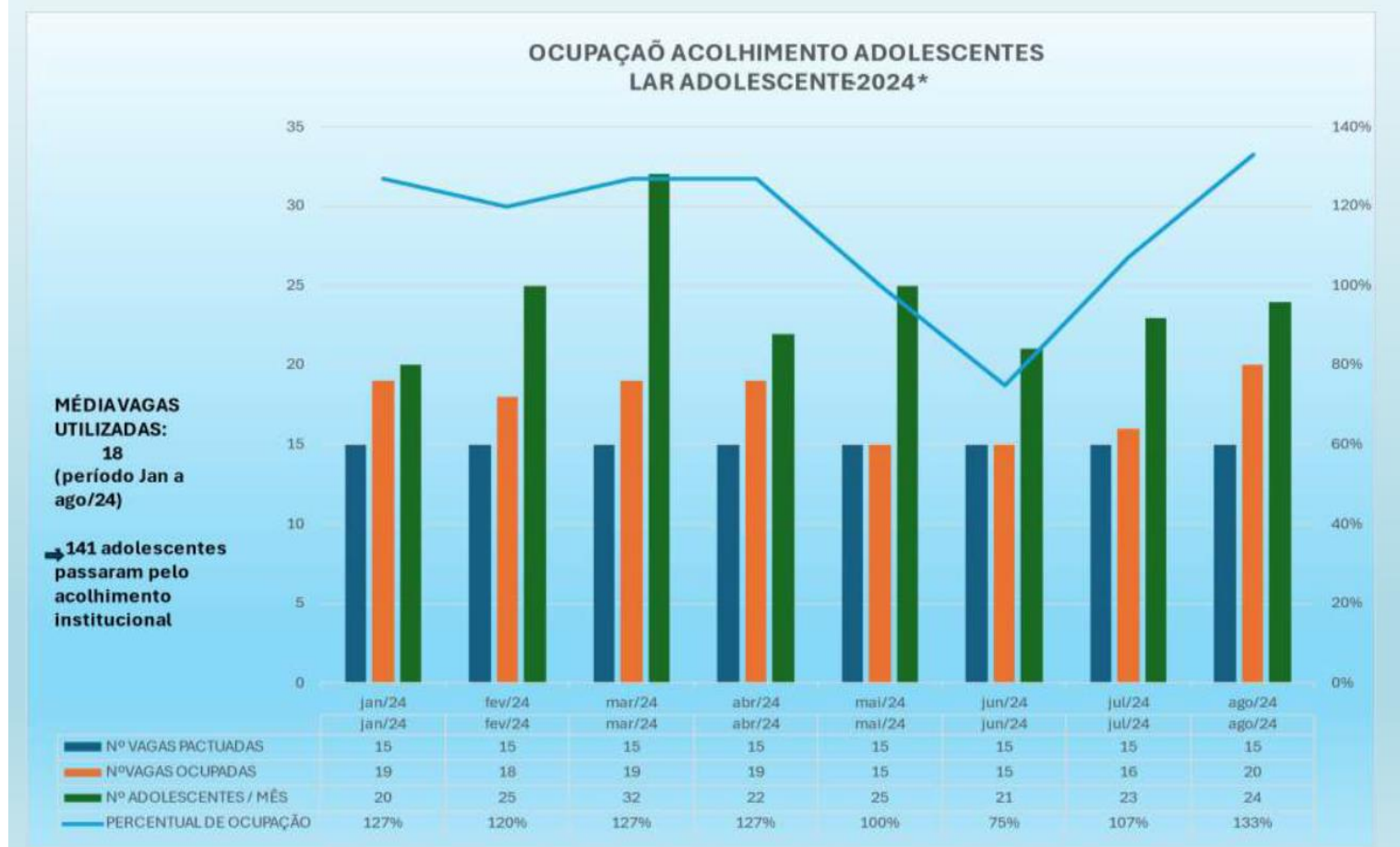
ESTUDO DE OCUPAÇÃO LAR DA CRIANÇA FELIZ





ANEXO II

ESTUDO DE OCUPAÇÃO LAR DO ADOLESCENTE





PREFEITURA DE  
**ITAJAÍ**